

**ATA NÚMERO 73/XII (2.ª)**

Aos dois dias do mês de outubro de 2012, pelas 17 horas e 35 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados;
2. Apreciação e votação do relatório final sobre a petição n.º 7/XII (1.ª) – «Pretendem uma melhor e mais adequada programação de cinema, na RTP2»

*Relator: Deputado João Portugal (PS);*

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda para audição do Conselho de Administração da RTP, SA;

---

Pelo facto de o Senhor Presidente, Deputado Mendes Bota, se encontrar ausente em trabalho parlamentar, a presente reunião foi presidida pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado Jacinto Serrão.

Não havendo matéria a tratar no primeiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente em exercício passou, de imediato, ao segundo ponto da Ordem do Dia, relativo à apreciação e votação do relatório final sobre a petição n.º 7/XII (1.ª) – «Pretendem uma melhor e mais adequada programação de cinema, na RTP2» —, tendo o Senhor Deputado João Portugal (PS) requerido o seu adiamento para a próxima semana.

De seguida, o Sr. Presidente em exercício deu a palavra à Senhora Deputada Ana Drago (BE), para fazer a apresentação do requerimento para audição do novo Conselho de Administração da RTP, SA.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) começou por referir que o texto do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE fala por si. Recordou que, no dia 26 de setembro, em audição nesta Comissão, o ex-Presidente do Conselho de Administração da RTP, Guilherme Costa, declarou que a empresa está a preparar a redução de dois para apenas um canal de acesso livre não condicionado, o que para a Senhora Deputada representa um claro incumprimento da legislação em vigor, logo, claramente uma violação da lei, tendo recordado também que o artigo 52.º da Lei da Televisão estabelece que o serviço público de televisão é constituído por dois canais de acesso livre não condicionado.

Afirmou a Senhora Deputada que, de acordo com as denúncias feitas pelos trabalhadores da empresa, neste momento a RTP já não está a preparar quer os serviços de programas televisivos quer as grelhas da RTP2, o que é feito normalmente com largos meses de antecedência. Referiu que as declarações produzidas na Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, no dia 26 de setembro passado, pelo ex-Presidente do Conselho de Administração, que não foram ainda desmentidas, confirmam as denúncias que os trabalhadores da RTP têm feito e são de extrema gravidade.

Salientou, igualmente, que o Estado português não pode aceitar que uma empresa pública esteja a trabalhar fora da lei, pelo que a Assembleia da República não pode deixar de esclarecer cabalmente esta situação. Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a presença urgente do novo Conselho de Administração da RTP para prestar esclarecimentos aos deputados sobre a matéria em causa.

De seguida usou da palavra a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS), sublinhando que estranha toda a «ligeireza» da lei em tudo o que respeita à RTP, reiterando que, tal como referido pelo Senhor Guilherme Costa e pelos trabalhadores da RTP, neste momento, na Rádio e Televisão de Portugal, há já ordens para não contratualizar nada para a RTP2 e para pôr toda a programação num só canal, pelo que para o Grupo Parlamentar do PS tem toda a pertinência ouvir em Comissão o novo Conselho de Administração da empresa.

Afirmou, ainda, que a Assembleia da República tem que saber como é que este órgão pretende coordenar os seus projetos com a Lei da Televisão, e o momento em que vai ser elaborado um novo contrato de concessão, tem de conhecer o novo plano de financiamento plurianual, etc.

Sublinhou, também, o facto de estar para muito breve a apresentação do novo Orçamento do Estado na Assembleia da República, pelo que se torna necessário apurar até essa data as contas da RTP, e saber o que é que vai acontecer à empresa em termos futuros. Nesse sentido, afirmou, o PS votará favoravelmente o requerimento do BE.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) começou por sublinhar que o seu grupo parlamentar não viabilizará este requerimento, na medida em que só faz sentido ouvir o novo Conselho de Administração quando já tiver decorrido o tempo suficiente e útil para que este possa ter já estudado todos os dossiers e adquirido pleno conhecimento da realidade da empresa.

Sublinhou que, por outro lado, seria deselegante ouvir o novo Conselho de Administração logo após a audição do Senhor Guilherme Costa e fazer uma acareação entre ambas as declarações. O Grupo Parlamentar do CDS-PP discorda, pois, dos pressupostos e da oportunidade deste requerimento do BE.

O Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) questionou a Comissão sobre qual será a altura adequada para ouvir o novo Conselho de Administração da RTP que, ao que parece, se encontra em estado de «fermentação». Disse que em todo este processo da «morte anunciada» da RTP2 há muita falta de informação, bem como muita indefinição quanto aos canais de rádio, aos meios que possam estar afetos à RTP África e RTP Internacional e às licenças TDT. Terminou, sublinhando que todas estas decisões em que se evita o debate pervertem a democracia e esvaziam o sentido da governação.

A Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD) afirmou que, apesar de todas as notícias acerca da morte da RTP2 serem exageradas, o PSD tem todo o interesse em ouvir o novo Conselho de Administração da empresa, mas só quando este órgão tiver o pleno conhecimento de todos os sectores, temas, dossiers, projetos, etc., e estiver plenamente integrado na empresa, para que se possa extrair dessa audição algum efeito útil e não apenas um efeito mediático. Terminou sublinhando que, tal como referiu o Senhor Deputado Raúl de Almeida, até poderia parecer deselegante e pouco produtivo estabelecer na Comissão um confronto entre as declarações do Senhor Guilherme Costa e as do novo Conselho de Administração.

Por fim, o Senhor Presidente em exercício submeteu à votação este requerimento do BE, que foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, PCP e BE.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

---

A presente reunião foi gravada, existindo o seu registo áudio disponível para consulta.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezoito horas e vinte e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de outubro 2012.

**O VICE-PRESIDENTE**

**(JACINTO SERRÃO)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes  
Ana Sofia Bettencourt  
Bruno Dias  
Carla Rodrigues  
Francisca Almeida  
Glória Araújo  
Inês de Medeiros  
Jacinto Serrão  
João Portugal  
Lídia Bulcão  
Manuel Seabra  
Maria da Conceição Caldeira  
Paulo Rios de Oliveira  
Raúl de Almeida  
Rosa Arezes  
Sérgio Azevedo  
Ana Drago  
João Lobo  
Margarida Neto  
Vera Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Martins  
Odete Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto  
Luís Pita Ameixa  
Mendes Bota

*A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 04/12/2012*